

MONITOR

NOVEMBRO 2022



O RASTRO DE DESTRUIÇÃO DA SOJA NO CERRADO

A edição #18 do Monitor mostra como o desmatamento ilegal e os conflitos fundiários provocados pela expansão da soja no Cerrado contaminam a cadeia produtiva de grandes tradings multinacionais responsáveis pelo comércio global do grão

MONITOR #18

EXPEDIENTE

Novembro de 2022

EDIÇÃO

André Campos
Poliana Dallabrida

PESQUISA E TEXTO

André Campos
Hélen Freitas
Poliana Dallabrida

FOTOS

Marizilda Cruppe (Capa e p. 9)
James Baltz (p. 5)
Pedro Biondi (p. 6)
Fernando Martinho (p. 7, 8, 10, 11, 12,
16, 17, 18, 19, 20, 22, 23, 24, 25 e 29)
Pixabay (p. 13)
Rosilene Miliotti (p. 14)
Marcelo Camargo - Agência Brasil (p. 15 e 30)
Victor Moriyama (p. 23)
Daniela Paola Alchapar (p. 28)
Christian Braga (p. 32)

PROJETO GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO

Débora De Maio | Estúdio AVOA

Esta publicação foi elaborada em parceria
com a organização *Environmental Action
Germany* (DUH)

 Deutsche Umwelthilfe

REPÓRTER BRASIL

ORGANIZAÇÃO DE COMUNICAÇÃO
E PROJETOS SOCIAIS

COORDENADOR GERAL

Leonardo Sakamoto

SECRETÁRIO-EXECUTIVO

Marcel Gomes

COORDENADORA FINANCEIRA

Marta Santana

ASSISTENTE DA COORDENAÇÃO

Victória Perino Rosa

ENDEREÇO

Rua Amália de Noronha, 151
Conj. 605 - São Paulo - SP
Brasil CEP 05410-010

CONTATOS

 biobr@reporterbrasil.org.br

 **ONGReporterBrasil**

 **@reporterb**

(55 11) **2506-6570**

(55 11) **2506-6562**

(55 11) **2506-6576**

(55 11) **2506-6574**

 **REPÓRTER
BRASIL**

SUMÁRIO

05

*Marcha
para o Oeste*

06

*Impactos
ambientais e sociais*

13

*A cadeia
produtiva da soja*

15

Estudos de caso

28

*Uma agenda
para o Cerrado*

INTRODUÇÃO

Engana-se quem olhe para o Cerrado como um imenso “deserto verde”. Segundo maior bioma da América do Sul, é conhecido como a “caixa d’água” do país, abrigando as nascentes de importantes rios brasileiros, como o Araguaia e o Tocantins¹, e três das principais reservas de águas subterrâneas do Brasil: os aquíferos Guarani, segundo maior do mundo, Urucuia e Bambuí².

É nesse bioma, que cobre quase 25% do território nacional em onze estados³, que a expansão da soja acontece. Atualmente, do total cultivado no país, 52% cresce no Cerrado⁴, especialmente na região conhecida como Matopiba, nova fronteira agrícola da qual fazem parte áreas do Maranhão, Piauí, Bahia e todo o território do Tocantins.

Por trás do *boom* do agronegócio trazido pela soja no Cerrado, que nas últimas duas décadas saltou de 7,5 milhões de hectares cultivados para 20 milhões de hectares⁵, há consequências devastadoras para a sobrevivência do próprio bioma.

A história da ocupação da região mostra que a expansão da soja para o comércio global de *commodities* não se deu sem o desmatamento da vegetação nativa, captação privada dos recursos hídricos e conflitos com comunidades tradicionais. Estima-se que cerca de 20% das exportações do grão para a União Europeia (UE) oriundas de áreas do Cerrado e Amazônia podem estar contaminadas pelo desmatamento ilegal⁶.

O rastro de destruição dessa atividade e a conexão com as tradings que exportam o grão para a Europa e Estados Unidos é o tema da 14ª edição do Monitor, boletim da **Repórter Brasil** que divulga estudos setoriais e de cadeia produtiva.



MARCHA PARA O OESTE

A partir dos anos 1960, um fluxo migratório de pessoas e empresas passou a ocupar de forma intensa o planalto central brasileiro e regiões adjacentes. A “vocação” para o agronegócio ganhou escalas nunca vistas a partir da década de 1980, quando pesquisadores conseguiram controlar a acidez do solo do Cerrado para implementar lavouras de monocultura orientadas para a exporta o⁷. Essa marcha para o Oeste trouxe consigo o cultivo da soja, que mudou para sempre a dinâmica natural do bioma e colocou em xeque a sua própria existência.

A expansão do cultivo no Cerrado acompanhou o boom de *commodities* na década de 2000 e cresceu de forma mais intensa depois da Moratória da Soja, acordo que prevê o boicote   soja plantada em áreas desmatadas após 22 de julho de 2008 no bioma amaz nico⁸. Sem poder derrubar novas áreas de florestas na Amazônia, parte do agronegócio virou seus tratores para o Cerrado.

Nos últimos 20 anos, a área de soja no bioma saltou de 7,5 milhões de hectares, na safra de 2000/2001,

para 20 milhões de hectares em 2020/2021, um aumento de quase 170%. No mesmo período no Matopiba, a área de soja passou de 970 mil hectares para 4,7 milhões de hectares, quase cinco vezes mais⁹. A região, composta por chapadas no Tocantins, oeste da Bahia e sul do Piauí e do Maranhão possui 73 milhões de hectares¹⁰, 91% deles inseridos no Cerrado¹¹.

**DE 2008 A 2019, A PRODU O
DE SOJA NO CERRADO AUMENTOU
80%; NO MATOPIBA, CRESCERAM 125%¹²**

Segundo proje es, o Brasil deve produzir 191 milhões de toneladas de soja em 2035 - 41% a mais que na atual safra. Desse total, 130 milhões de toneladas serão destinadas para a exporta o e 61 milhões abastecerão o mercado interno¹³. S  no Matopiba, as proje es indicam uma produ o de 32,7 milhões de toneladas de grãos - soja e milho na segunda safra - até 2030¹⁴.



IMPACTOS AMBIENTAIS E SOCIAIS

O plantio de soja, a pecuária e a especulação de terras colocam em xeque a preservação da savana com maior biodiversidade do mundo. Com a expansão da fronteira agrícola para região central do país, o Cerrado tornou-se alvo: dos 204 milhões de hectares do bioma, 47% já foram desmatados¹⁵ em menos de quatro décadas¹⁶.

De agosto de 2020 a julho de 2021 foram desmatados 8,5 mil km² de Cerrado, área equivalente a quase seis vezes o território da cidade de São Paulo¹⁷. Esse número é 7,9% maior em relação ao ano anterior¹⁸. A fronteira agrícola do Matopiba foi responsável por 64,3% do total desmatado no bioma no período, com os estados do Maranhão, Tocantins e Bahia nas três primeiras posições do ranking de desmatadores¹⁹.

No estado do Mato Grosso, principal produtor nacional de soja, a maior parte do desmatamento se deu ilegalmente, segundo estudo do Instituto Centro de Vida (ICV) publicado em março deste ano²⁰. “Do total mapeado em 2021, apenas 16% foi realizado em áreas com autorizações para

desmate ou para supressão de vegetação válidas emitidas pelo órgão ambiental estadual”, diz trecho da pesquisa²¹.

SAI BOI, ENTRA SOJA

A soja foi responsável por 9% do desmatamento em matas nativas da América do Sul dos anos 2000 a 2016²². Nesse período, quase metade das novas áreas de cultivo no continente (44%) foram abertas no Cerrado²³. O principal vetor de desmatamento do bioma, no entanto, ainda é a pecuária. Do total desmatado no Cerrado nos últimos 20 anos, 67% foi ocupado por pastagens²⁴. Mas a soja, apontam especialistas, é responsável direta e indiretamente por essa devastação.

Isso porque a dinâmica de uso dos solos no Cerrado, assim como em outros biomas ameaçados pelo desmatamento, mostra que a

primeira retirada de vegetação nativa dá lugar, preferencialmente, a pastagens para pecuária. A atividade exige um investimento inicial menor e é menos dependente de infraestrutura para escoamento.

“O padrão é primeiro desmatar e colocar o gado. Depois vem uma infraestrutura, essas terras se valorizam e começa o plantio de *commodities*, em especial da soja. É uma forma mais barata de ocupar o Cerrado”, resume Elaine Barbosa da Silva, professora do Instituto de Estudos Socioambientais (IESA) da Universidade Federal de Goiás (UFG) e coordenadora do Laboratório de Processamento de Imagens e Geoprocessamento (Lapig).

A pesquisadora explica que a dinâmica da expansão da soja no cerrado do Matopiba foi diferente das outras regiões do bioma. “Como essa *commodity* tem muita procura, ao Norte do bioma, nas regiões do Matopiba, ocupou-se diretamente com soja em muitos lugares, mesmo sem ter uma infraestrutura. Nos primeiros anos da década de 2000, [o desmatamento] tomou uma proporção assustadora, e não passou por

essa sucessão de pastagens primeiro para agricultura depois”.

Segundo relatório produzido com patrocínio da Associação Brasileira das Indústrias de Óleos Vegetais (Abiove), 4,19 milhões de hectares de soja no Cerrado são cultivados sobre áreas desmatadas nos últimos 20 anos, o equivalente a 14,4% do total desmatado no bioma²⁵. Nos desmatamentos ocorridos após julho de 2008, marco legal do Código Florestal Brasileiro para a definição de áreas consolidadas, o percentual é de 13,4%. Desse total, 25,1% do desmatamento se concentra no Matopiba, responsável por dois terços da devastação do bioma²⁶.

RISCO DE COLAPSO CLIMÁTICO

As consequências do desmatamento no Cerrado são agravadas no contexto do aquecimento global, que podem levar a um quadro de irreversibilidade



Dos 204 milhões de hectares de Cerrado, 47% já foram desmatados em menos de quatro décadas

climática. O termo se refere ao processo em que a sobrevivência do próprio bioma é posta em xeque pela degradação ambiental, resultado das alterações climáticas naturais somadas à ação humana em determinada área²⁷.

PESQUISADORES ESTIMAM QUE, SE O RITMO DE DESMATAMENTO DE VEGETAÇÃO NATIVA PARA A CRIAÇÃO DE LAVOURAS SE MANTER, O CERRADO PODE ENTRAR EM COLAPSO EM 30 ANOS²⁸

A degradação ambiental resultante da expansão do agronegócio em fronteiras agrícolas, como no

Matopiba, pode levar a secas severas, causando riscos à estabilidade do bioma e à própria produção agrícola²⁹. Nesse cenário, os focos de incêndio que tomam a paisagem do bioma entre junho e outubro se tornariam mais intensos e prolongados.

Elaine Barbosa da Silva ressalta que o desmatamento na Amazônia também impacta o Cerrado, com influência no regime de chuvas, e que é preciso pensar em estratégias conjuntas para frear a devastação ambiental em ambos os biomas. “O Cerrado está no centro de todos os biomas. Ele se conecta com todos, com exceção do Pampa. O desmatamento da Amazônia vai implicar muito aqui e vice-versa. Não adianta parar de desmatar o Cerrado hoje e esse desmatamento seguir para a Amazônia. As coisas estão interligadas”, explica.

ÁGUA: SEM CRISE DE ABASTECIMENTO PARA O AGRONEGÓCIO

Enquanto moradores do Cerrado precisam se adaptar a novas rotinas de racionamento de água devido à diminuição do volume de chuvas, o agronegócio segue recebendo outorgas de captação para irrigar milhares de hectares de lavouras, especialmente para o cultivo de soja.

Um estudo publicado em janeiro deste ano mostrou que oito empresas com operação em Correntina e Jaborandi, no Oeste da Bahia, possuem autorização para captar cerca de



Imagem aérea do Rio Javaés em Pium, no Centro-oeste do Tocantins

954,4 milhões de litros de água por dia da sub-bacia do Rio Arrojado³⁰. Dos oito casos mapeados, sete envolvem empresas que atuam no setor da soja, como o grupo SLC Agrícola, um dos maiores produtores nacionais do grão³¹.

A degradação e diminuição do volume do Rio Arrojado motivou uma revolta popular conhecida como “Guerra da Água” em novembro de 2017, quando cerca de mil pessoas ocuparam a sede da Fazenda Rio Claro, umas das propriedades da empresa Lavoura e Pecuária Igarashi Ltda³². A tentativa de criminalização dos que participam da manifestação mobilizou a região e, dias depois da ocupação, mais de 12 mil pessoas protestaram nas ruas de Correntina contra o uso indiscriminado da água pelo agronegócio no Cerrado³³.

Reportagem da *Agência Pública* publicada em dezembro de 2021 mostrou que conselheiros e diretores da Associação de Agricultores e Irrigantes da Bahia (Aiba) e da Associação Baiana dos Produtores de Algodão (Abapa), além de familiares e empresas ligadas a eles, possuem permissão para captar 1,8 bilhão de litros de água por dia³⁴. O volume é suficiente, segundo cálculos da reportagem, para abastecer 11,8 milhões de brasileiros em um dia³⁵. Mais uma vez, empresas que atuam no cultivo de soja estão no centro dessas autorizações de outorgas hídricas concedidas gratuitamente.

MEDO E VIOLÊNCIA EM MEIO AO CAOS FUNDIÁRIO

O desmatamento praticado para a expansão da fronteira agrícola no Cerrado abre as portas para a especulação e a grilagem de terras, a



Captação privada de água pelo agronegócio abastecer pivôs de irrigação central em plantações de soja no Matopiba

invasão de terras públicas ou ocupadas por comunidades tradicionais e o acirramento de conflitos fundiários. É o que apontam denúncias realizadas há décadas por diversas organizações e movimentos sociais³⁶.

Um levantamento da organização *Global Witness* aponta que 317 defensores da terra e do meio ambiente foram mortos no Brasil entre 2012 e 2019³⁷. Só em 2020, foram 18 assassinatos ligados à conflitos por terra, por água e por questões trabalhistas, segundo dados do caderno “Conflitos no Campo no Brasil”, organizado pela Comissão Pastoral da Terra (CPT)³⁸.

E é no solo do Cerrado que parte dessas vítimas são enterradas. São dezenas de conflitos documentados nos últimos anos na esteira da expansão da soja no bioma. Do total de 7.353 localidades onde ocorreram conflitos por terra entre 2003 e 2018, segundo a CPT, 40,5% estavam em áreas do bioma ou em suas zonas de transição³⁹.

São mais de 80 etnias indígenas⁴⁰, quilombolas, assentados da reforma agrária, camponeses, integrantes de comunidades tradicionais, como as de fecho de pasto, geraizeiras, quebradeiras de coco-babaçu, raizeiras, apanhadoras de



Modos de vida tradicionais do Cerrado estão em risco com o acirramento de conflitos fundiários

flores sempre-vivas, benzedeadas e pescadoras artesanais que estão na mira da expansão da fronteira agrícola no bioma.

O dossiê “Na Fronteira da (I)legalidade: desmatamento e grilagem no Matopiba”⁴¹, publicado em novembro de 2021, detalhou quatro casos de conflitos fundiários que ameaçam comunidades que tradicionalmente ocupam territórios do Cerrado na região do Matopiba.

As comunidades afetadas pelos conflitos descritos – localizadas no Território Tradicional Travessia do Mirador (MA)⁴², na Gleba Tauá (TO)⁴³, nos Fechos de Pasto da Bacia do Corrente (BA)⁴⁴ e no Território Tradicional de Melancias (PI)⁴⁵ – sofrem com “guerras jurídicas” e outras estratégias de grilagem de terras, aguardando há décadas pelo cumprimento de sentenças judiciais que declararam a posse legítima das áreas. Em meio ao caos fundiário, estimativas apontam que municípios da Bahia, Piauí e Maranhão possuem até quatro vezes mais área no papel – em documentos cartoriais ou contratos de compra e venda – do que na realidade⁴⁶.

CONCENTRAÇÃO DE TERRAS PARA A MONOCULTURA

A concentração de terras para o uso do agronegócio no bioma, especialmente no Matopiba, não se dá sem a leniência do Estado, que permite processos de grilagem e tarda em finalizar processos de titulação de terras⁴⁷. No Matopiba, 10% das propriedades rurais ocupam cerca de 70% das terras disponíveis⁴⁸.

“O Estado tem uma visão de que o desenvolvimento se dá a partir da grande empresa agropecuária e que a produção familiar é só uma subsistência que será substituída pelo empreendimento empresarial”, avalia Paulo Rogério Gonçalves, integrante da coordenação executiva da Campanha Nacional em Defesa do Cerrado. “O Estado não regulariza os territórios e as terras na mão dos agricultores porque ele entende que aquilo é o atraso, que não tem viabilidade econômica”.

Gonçalves, que também é técnico da organização Alternativas para a Pequena Agricultura no Tocantins (APA-TO), explica que a expansão da soja no estado impactou a produção e a dinâmica de comercialização de alimentos na região. “Nós tínhamos uma produção de arroz, de mandioca, de feijão e de farinha que era feita pela população do município, comercializando diretamente nas feiras, em pequenos comércios. O que foi acontecendo? Essas terras foram sendo invadidas, as pessoas foram sendo expulsas, e começou-se a importar todo o alimento do Sul [do Brasil]”.

Um caso clássico de concentração de terra, grilagem e perseguição de comunidades tradicionais do Cerrado é o protagonizado pelo



Em meio a caos fundiário, municípios do Matopiba possuem até quatro vezes mais área no papel que na realidade

Condomínio Estrondo, em Formosa do Rio Preto (BA). Trata-se de um megaempreendimento composto por 22 fazendas que ocupam 315 mil hectares, o equivalente a três vezes o tamanho da cidade de Nova York⁴⁹. Em 1999, a área foi incluída no “Livro Branco da Grilagem de Terras no Brasil”, publicado pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra)⁵⁰.

Além do histórico de apropriação de terras públicas e de comunidades tradicionais de geraizeiros, presentes na região há mais de 200 anos, o Condomínio Estrondo é acusado de intimidação à moradores locais⁵¹, inclusive com casos de disparos de arma de fogo por integrantes da segurança privada da empresa⁵², além do uso de mão de obra análoga à escravidão⁵³. A produção de soja oriunda da área chega aos silos de gigantes do agronegócio, como Cargill e Bunge, localizados no megaempreendimento⁵⁴.

O caso é um dos 15 denunciados no Tribunal Permanente dos Povos (TPP) em Defesa dos Territórios do Cerrado⁵⁵. O TPP é uma instância multidisciplinar informal criada em 1979 para dar publicidade às violações contra povos e minorias, na ausência de uma jurisdição internacional consolidada⁵⁶. No caso do Cerrado, o TPP julga os crimes de ecocídio⁵⁷ contra o bioma e ameaça de genocídio cultural aos povos que ali vivem⁵⁸. Países, organizações internacionais, empresas privadas e fundos de investimento estão entre os acusados⁵⁹.



Cercas nas vias separam área do Condomínio Estrondo de terrenos de comunidades tradicionais geraizeiras



A CADEIA PRODUTIVA DA SOJA

VISÃO DO SETOR

A pandemia de Covid-19 praticamente não abalou o agronegócio brasileiro. A safra de soja de 2020/2021 atingiu o maior patamar da história: foram 138,1 milhões de toneladas colhidas em 39,1 milhões de hectares⁶⁰. O complexo soja, que agrega o comércio do produto em grãos, óleo e farelo, é o principal produto da pauta de exportações brasileiras.

Em 2021, o Brasil exportou 86,1 milhões de toneladas de soja em grãos, tendo como principal parceiro comercial a China, destino de 70% das exportações⁶¹. A União Europeia (UE) foi o segundo maior importador da commodity, com a aquisição de 8,4 milhões de toneladas. No bloco, os maiores compradores são Espanha (3,5 milhões de toneladas) e Países Baixos (2,8 milhões de toneladas)⁶².

A commodity também é exportada diretamente em farelo. Em 2021, as exportações brasileiras somaram 17,1 milhões de toneladas, com a UE como principal destino⁶³. Os Países Baixos foram os maiores importadores do bloco, com a aquisição de 2 milhões de toneladas; França (1,3 milhões de toneladas) e Alemanha (1 milhão de toneladas) completam o ranking⁶⁴.

Os portos holandeses de Amsterdã e Roterdã desempenham um papel fundamental no comércio global de soja, atuando como porta de entrada do produto no continente. Cerca de um quarto das importações de soja pelos Países Baixos é reexportada⁶⁵, e a Alemanha é o principal destino⁶⁶.

Essa “escala” da soja brasileira nos Países Baixos mostra como a origem do produto pode ser dissimulada. A maior parte da soja importada pela Alemanha, por exemplo, vem de portos

holandeses⁶⁷, enquanto que a aquisição de soja em grãos diretamente do Brasil somou pouco mais de mil toneladas em 2021⁶⁸.

Dados alfandegários acessados pela Repórter Brasil sobre as exportações do complexo soja – essencialmente em grãos e farelo – com origem no Brasil e com destino a países da Europa ajudam a entender o trânsito da mercadoria no continente. As quatro gigantes conhecidas pela sigla ABCD – Archer Daniels Midland (ADM), Bunge, Cargill e Louis Dreyfus Company (LDC) – realizaram ao menos 451 envios de soja para a região nos últimos dois anos. Desse total, 21 foram diretamente para a Alemanha, enquanto 168 tiveram como destino os Países Baixos.

Cargill e ADM exportaram, respectivamente, 69,8 mil toneladas e 70,1 mil toneladas de soja à Alemanha. Não foram localizados registros de envios diretos da LDC. Já os Países Baixos receberam 211,5 mil toneladas da Cargill, 1,1 milhões da ADM e 42,7 mil da LDC.

A Bunge, por sua vez, exportou 443,8 mil toneladas de soja – majoritariamente em farelo – para a Alemanha, sendo o principal fornecedor do país entre as quatro tradings mencionadas. Para os Países Baixos, os envios de soja somaram apenas 59,2 mil toneladas. O maior parceiro comercial da multinacional no continente é a Espanha, que recebeu 917,3 mil toneladas de soja brasileira nos últimos dois anos.

Espanha e Alemanha figuram entre os dez maiores produtores de ração animal do mundo⁶⁹. É justamente na alimentação de bois, aves e suínos que a soja tem o seu maior uso. Cerca de 85% dos grãos produzidos globalmente são esmagados e transformados em farelo (68%) ou óleo (17%)⁷⁰. Praticamente todo o farelo de soja produzido (98%) é utilizado para a fabricação de ração animal⁷¹.

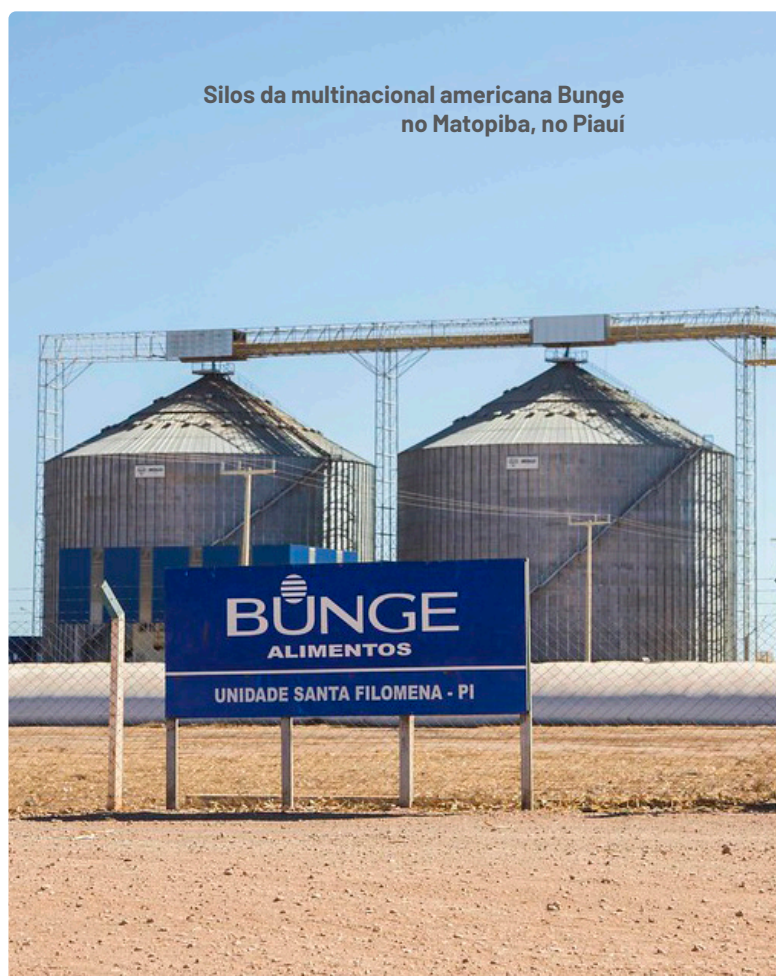
As tradings ABCD, além do grupo alemão BayWa, são apontadas como os principais fornecedoras de matérias-primas para a produção de ração animal nos países onde operam, segundo relatório corporativo da produtora holandesa ForFarmers, uma das líderes no mercado europeu⁷².

O PAPEL DAS TRADINGS

Importantes *tradings* que atuam no comércio internacional de soja são parte dos beneficiados com a expansão da produção do grão em meio a conflitos com comunidades tradicionais e avanço do desmatamento legal e ilegal no Cerrado.

A multinacional Bunge, que inaugurou suas operações no Brasil em 1905, é a mais antiga no mercado brasileiro de oleaginosas⁷³. Já Cargill, LDC e ADM iniciaram suas operações no setor da

Silos da multinacional americana Bunge no Matopiba, no Piauí



soja no país a partir da década de 1960. A Cargill está presente no Brasil desde 1965, com unidades industriais e escritórios em 17 estados⁷⁴; em 1975, foi a vez da francesa LDC se estabelecer como processadora do grão no país⁷⁵, enquanto a ADM inaugurou suas operações em solo nacional apenas em 1997⁷⁶.

Em novembro de 2021, a organização *Global Witness* mostrou que ADM, Bunge e Cargill fazem negócios com produtores de soja envolvidos em casos de intimidação, destruição de bens comunitários e ameaças de morte a integrantes de comunidades de fecho de pasto do município de Correntina, oeste da Bahia⁷⁷. Outros detalhes investigados sobre o caso pela **Repórter Brasil** revelam novas conexões entre *tradings* que atuam no mercado europeu com o conflito fundiário na região (ver *Caso 1 - Agrícola Xingu*).

Em maio de 2021, a organização holandesa *Aidenvironment* mostrou que 4,7 mil hectares de Cerrado foram consumidos pelo fogo dentro da Fazenda Palmeira, propriedade do grupo SLC Agrícola no município de Tasso Fragoso (MA)⁷⁸. O desmatamento ocorreu legalmente, após emissão de licenças ambientais. A SLC Agrícola é um dos maiores produtores de soja, milho e algodão do Brasil. Possui 16 fazendas em seis estados brasileiros que somam 448 mil hectares no ano-safra 2019/20, sendo 235 mil destinados ao cultivo de soja⁷⁹.

Relatórios produzidos pela organização *Chain Action Research* apontam uma grande perda de cobertura florestal ocorrida em áreas da SLC Agrícola na última década, na ordem de 210 km² entre 2015 e 2020⁸⁰. Bunge, Cargill e LDC estão entre os principais clientes do grupo⁸¹.



Em 2021, a exportação brasileira de farelo de soja somou 17 milhões de toneladas, tendo a União Europeia como principal destino

A photograph showing the back of a person walking away on a dirt road. The road is flanked by trees and a fence on the left, and more trees on the right. The sky is clear and blue. The person is wearing a dark t-shirt and shorts. The overall scene is rural and sunny.

ESTUDOS DE CASO

Em março de 2022, a Repórter Brasil esteve em dois estados do Matopiba – Bahia e Tocantins – para investigar in loco os impactos causados pela expansão da soja. Em plena época da colheita, foi possível presenciar o intenso tráfego de caminhões lotados de grãos, cortando cidades, rodovias e estradas vicinais. Um cenário que não deixa dúvidas quanto à crescente importância econômica da sojicultura para a região.

Há, no entanto, um outro lado para essa história. A expansão do agronegócio no Matopiba aqueceu enormemente o mercado de terras na região, levando a uma intensa busca de lotes que pudessem ser rapidamente transformados em áreas agrícolas. Enormes perímetros de mata nativa foram – e seguem sendo – cercados, desmatados e convertidos em plantações em meio a flagrantes indícios de apropriação ilegal. Um cenário que faz do Matopiba, hoje, o palco de alguns dos maiores escândalos relacionados

ao desmatamento ilegal e à grilagem de terras no Brasil, em esquemas envolvendo fraudes documentais, falta de fiscalização, conflitos violentos e, não raro, a corrupção de agentes públicos para viabilizar atividades produtivas.

Entre as principais “vítimas do progresso” nesse contexto estão as numerosas comunidades rurais que, apesar de ocuparem áreas do Matopiba há gerações, nunca tiveram a posse tradicional de seus territórios oficialmente reconhecida pelo Estado. Como resultado, são ameaçadas para deixarem suas terras de uso comum, ou então flagrantemente expulsas para locais longe dos rios da região e com terra pouco produtiva.

Além das pessoas, os mananciais do Matopiba também sentem o impacto da agricultura intensiva. Com aprovação do Estado, bombas e barragens são instaladas para irrigar as plantações de soja. Enquanto isso, a vazão da



Em Correntina (BA), nove empresas do agronegócio criaram áreas de Reserva Legal sobrepostas à terras tradicionalmente ocupadas

água e aquíferos vem diminuindo a cada ano, afetando o abastecimento tanto em cidades quanto em áreas rurais.

A soja produzida neste cenário chega ao mercado através de grandes empreendimentos agrícolas e *tradings* com atuação global. É o que mostra os resultados dessa investigação da Repórter Brasil, que incluem também impactos da sojicultura apurados no Cerrado matogrossense.

Abaixo, serão detalhados três estudos de caso. Eles trazem informações inéditas sobre como algumas das maiores *tradings* atuando hoje no bioma mantêm relações comerciais com produtores do grão envolvidos em conflitos fundiários e casos de desmatamento.

CASO 1 AGRÍCOLA XINGU (XINGU AGRI)

SOBRE A EMPRESA

A Xingu Agri, também conhecida como Agrícola Xingu, é uma subsidiária brasileira do grupo Mitsui & Co, um dos maiores conglomerados econômicos do Japão. A companhia atua no

agronegócio brasileiro por meio do cultivo de soja, milho e algodão. É, atualmente, um dos maiores grupos latifundiários no Matopiba⁸².

No oeste baiano, a Xingu Agri possui o título de propriedade de 41 lotes de terra espalhados pelos municípios de Correntina e São Desidério, segundo relatório publicado pela organização *Global Witness*⁸³. Somadas, essas áreas teriam uma extensão de 67,9 mil hectares⁸⁴.

OS PROBLEMAS

A expansão das atividades da Agrícola Xingu no oeste da Bahia ocorreu, em grande medida, por meio do desmatamento do Cerrado. Informações sistematizadas pela organização *Chain Reaction Research* mostram que a empresa acumula 32,1 mil hectares desmatados entre 2000 e 2017⁸⁵.

Somente entre abril de novembro de 2020, a Agrícola Xingu desmatou o equivalente a 893 campos de futebol na Fazenda Meireles, propriedade da empresa em São Desidério (BA), conforme levantamento da organização *Mighty Earth*⁸⁶. Nesse caso, a empresa possuía autorização para a supressão vegetal na área, concedida pelo Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos (Inema) da Bahia⁸⁷.

Em abril de 2018, a empresa foi multada em R\$ 169 mil pelo armazenamento inadequado e sem

registro de agrotóxicos na Fazenda Tabuleiro V, em São Desidério (BA)⁸⁸. À época, a Agência Estadual de Defesa Agropecuária da Bahia (ADAB) interditou aproximadamente mil litros de benzoato de emamectina.

Um relatório de fiscalização ambiental do Inema, de junho de 2018, ao qual a *Global Witness* teve acesso, lista pelo menos outras 19 alegações de infrações ambientais proferidas pelo órgão contra a Agrícola Xingu, incluindo desmatamento e degradação de área de proteção permanente em 2016⁸⁹.

Aquisição de Reserva Legal gerou conflito fundiário

Entre as exigências do Código Florestal para pessoas físicas e empresas donas de propriedades rurais no Brasil está a criação de uma Reserva Legal, área destinada à preservação da vegetação nativa e equilíbrio ecológico do entorno. A legislação brasileira permite ainda que a compensação de Reserva Legal de uma propriedade ocorra tanto na área onde aconteceu o desmatamento quanto em outro local, desde que no mesmo bioma.

Em meados dos anos 2000, a Xingu Agri adquiriu a Fazenda Tabuleiro VII, localizada em Correntina (BA)⁹⁰. A propriedade, que fica a pelo menos 230 km das lavouras da empresa no oeste baiano, possui cerca de 3 mil hectares, e serve como Reserva Legal do empreendimento. Segundo ativistas e moradores locais, a área está sobreposta às terras da comunidade de fundo e fecho de pasto do Capão do Modesto.

Tradicional do Cerrado, as comunidades de fundo e fecho de pasto existem há cerca de 300 anos, desenvolvendo métodos próprios de plantio de roças, colheita de frutos nativos do bioma e, especialmente, do pastoreio de gado em áreas coletivas. Apesar



Produtores rurais que alegam posse de área de Reserva Legal entraram na Justiça contra fecheiros do Capão do Modesto



Vanderlino Barbosa
Presidente da Associação da Comunidade
de Fundo e Fecho de Pasto do Capão do Modesto

de a Constituição do Estado da Bahia de 1989 abrir a possibilidade de reconhecimento dessas terras públicas⁹¹, muitas áreas não foram regularizadas, brecha que permitiu que a região do Matopiba fosse palco de conflitos fundiários entre o agronegócio e as comunidades tradicionais.

A área sobreposta à comunidade é dividida entre 9 empresas do agronegócio local e funciona

“

AS FAZENDAS TÊM PISTOLEIROS QUE VOCÊ NÃO SABE NEM QUEM É O PATRÃO. JUNTA O GRUPO E VAI DAR PRESSÃO EM VOCÊ

VANDERLINO BARBOSA
presidente da associação da comunidade de fundo e fecho de pasto do Capão do Modesto

”

como um condomínio: logo depois da porteira é possível ver placas que identificam o local como área de Reserva Legal das agropecuárias, mas o espaço é integrado, sem a presença de cercas para dividir os lotes.

Para ativistas locais, a área de Reserva Legal das empresas foi adquirida de forma fraudulenta. Isso porque, por serem áreas de fundo e fecho de pasto, não poderiam ser vendidas, segundo a legislação. Entretanto, por não estarem regularizadas, processos de grilagem de terra permitiram que elas fossem compradas por empresas do agronegócio⁹². Segundo estudo publicado pela organização *Global Witness*, a aquisição da área faz parte de um processo de “grilagem verde”, quando terras tradicionalmente ocupadas por comunidades locais são usurpadas para servirem de reservas legais por sojicultores da região que possuem passivos ambientais em suas fazendas principais⁹³.

Impactos na comunidade do Capão do Modesto

A comunidade do Capão do Modesto relata que o convívio com as agropecuárias inclui constantes ameaças feitas pelas equipes de segurança privada contratadas pelas empresas para fazer a vigilância da área.

Ele afirma que desde que a Agrícola Xingu e outras agropecuárias adquiriram a área para Reserva Legal, os fecheiros vêm sendo ameaçados e impedidos de realizar a soltura do gado. “Depois que eles chegaram, foram tocando o medo na gente, arrancando os bens que você tinha. Metiam a máquina em riba [em cima], arrancavam o arame. Fomos nos acostumando com isso, sabendo que eles estavam em riba, mas não podemos desistir porque tiramos o sustento dali”, afirma.

Em novembro de 2017, produtores rurais entraram com uma ação judicial no Tribunal de Justiça da Bahia contra os fecheiros do

Capão do Modesto, afirmando que membros da comunidade estariam invadindo suas terras e destruindo a vegetação nativa⁹⁴. O objetivo do processo é impedir que a comunidade realize a soltura do gado na área. Contudo, para os fecheiros do Capão do Modesto, essa é mais uma forma de pressioná-los a deixarem suas terras. “Eles condenam que o pé de vaca acaba com a natureza, que a boca de vaca acaba com a água, mas quem acabou com a água foi o correntão, o gradão e o pontião [instrumentos utilizados para desmatar o Cerrado]”, afirma Limírio Silva, morador da comunidade e um dos processados pelas empresas judicialmente.

A Agrícola Xingu não faz parte do processo inicial, mas moradores do Capão ouvidos pela **Repórter Brasil** alegam que a empresa, ao reivindicar parte de suas terras, também os afeta. Em março de 2022, uma decisão judicial tinha solicitado que as agropecuárias desapropriassem a área, reconhecendo que as terras eram de propriedade da comunidade há séculos⁹⁵. Poucos dias depois, no entanto, houve a revogação da decisão, e as terras continuam sob a posse das fazendas⁹⁶.

Além disso, de acordo com moradores do Capão do Modesto e de outras comunidades de Correntina (BA), a vazão dos rios da região vem diminuindo desde que as agropecuárias instalaram barragens e bombas para irrigar suas plantações. Onde passavam riachos cheios de peixes, sucuris e até jacarés, hoje só se vê areia.

CADEIA PRODUTIVA

Em 2021, a Agrícola Xingu vendeu milhares de toneladas de soja para a Nutrade Comercial Exportadora Ltda. O fato é confirmado por notas fiscais emitidas pela Agrícola Xingu às quais a **Repórter Brasil** teve acesso.



Limírio Silva, 80 anos, é um dos fecheiros mais antigos da comunidade do Capão do Modesto

A Nutrade é uma *trading* pertencente ao conglomerado suíço Syngenta, um dos principais fornecedores de agrotóxicos e sementes para o agronegócio brasileiro. Por meio dela, o grupo atua nas chamadas operações “barter”, nas quais *commodities* como a soja são utilizadas como pagamento por insumos repassados anteriormente aos fazendeiros.

Os grãos adquiridos pela Nutrade são vendidos para clientes diversos, que incluem algumas das principais *tradings* globais de soja. Entre elas está a ALZ Grãos, uma *joint-venture* multinacional formada pela companhia brasileira Amaggi, pelo grupo francês Louis Dreyfus Company (LDC) e pela subsidiária local do grupo japonês Zen-Noh Grain.

A **Repórter Brasil** também obteve a cópia de um contrato de compra e venda, firmado em outubro de 2020, que prevê a entrega para a ALZ Grãos, na safra do ano seguinte, de quase três mil toneladas de soja adquiridas inicialmente pela Nutrade. O produto vendido, segundo o contrato, seria oriundo dos armazéns da Agrícola Xingu em São Desidério (BA). No documento, a própria ALZ Grãos foi designada como a responsável pela retirada e o transporte da soja no local.

A ALZ Grãos é especializada na aquisição de grãos do Matopiba, onde é uma das principais empresas de comércio e logística. Possui armazéns em todos os estados da região, além de controlar um terminal portuário em São Luís (MA).

A SOJA PRODUZIDA PELA AGRÍCOLA XINGU FOI ADQUIRIDA PELA ALZ GRÃOS, QUE TEM COMO CLIENTES AS TRADINGS BUNGE, CARGILL E A CHINESA COFCO

Dados alfandegários acessados pela **Repórter Brasil** destacam que a empresa exporta grãos para diversos continentes e para outras *tradings* líderes do setor. Há registros, por exemplo, de vendas para subsidiárias da Cargill na Ásia e para o grupo chinês Cofco. Na Europa, por sua vez, a ALZ Grãos exportou soja para subsidiárias da Bunge ao longo dos últimos dois anos. Um dos principais destinos é a Espanha, onde a Bunge atua em diversos mercados, incluindo o de produção de óleo de soja e biodiesel. O país também é apontado como o maior produtor europeu de ração animal, seguido no continente pela Alemanha⁹⁷. Nos últimos dois anos, a Bunge encaminhou para Espanha e Alemanha, respectivamente, 917,3 mil e 443,8 mil toneladas de soja, segundo registros alfandegários acessados pela **Repórter Brasil**.

A Bunge anuncia publicamente o compromisso de, até 2025, eliminar o desmatamento de suas cadeias de suprimentos globais. O compromisso vale tanto as compras feitas diretamente de fazendeiros quanto para aquisições indiretas de matérias-primas, por meio de intermediários⁹⁸. Já a Cargill promete extinguir o desmatamento agrícola entre fornecedores até 2030⁹⁹. A Cofco não adota uma meta temporal específica, mas afirma que todos os seus fornecedores brasileiros no Cerrado devem se esforçar para alcançar o desmatamento zero¹⁰⁰.

O QUE DIZEM AS EMPRESAS

Agrícola Xingu

Em nota enviada à **Repórter Brasil**, a Agrícola Xingu afirmou que “atua firmemente na preservação do meio ambiente” e desenvolve ações sociais nas comunidades vizinhas às fazendas. Também disse possuir todos os

documentos que provam a posse da Fazenda Tabuleiro VII e que a comunidade de fundo e fecho de pasto do Capão do Modesto tem um “possível interesse” sobre a propriedade, além de não existir documentos que comprovem o direito da comunidade sobre a área.

A Agrícola Xingu ressaltou ainda ter todas as licenças de operação e certificações exigidas pelo Inema da Bahia. Sobre o armazenamento do agrotóxico, afirmou que adquiriu de forma lícita o benzoato de emamectina e que, em novembro do mesmo ano, a ADAB liberou a utilização do veneno. Por fim, declarou que encerrou suas atividades agrícolas em Correntina (BA) em decorrência do arrendamento das áreas para a SLC Agrícola¹⁰¹.

Nutrade

Em nota enviada à Repórter Brasil, a Nutrade afirmou que a soja fornecida pela Agrícola Xingu e a propriedade foco de conflito fundiário, a Fazenda Tabuleiro VII, em Correntina (BA), são “áreas com matrículas distintas” e que possui documentos que atestam “que o CNPJ da área que originou a soja negociada pela Nutrade, bem como as matrículas fornecidas em garantia, não possuem qualquer embargo”.

A Nutrade também reforçou que ao longo da comercialização de commodities como a soja adota um processo de verificação de todas as áreas

e garantias conectadas às negociações firmadas, atentando integralmente a todos os regramentos ambientais e trabalhistas. A empresa, no entanto, não detalhou se isso inclui a verificação de impactos em áreas não destinadas ao plantio, mas que são essenciais para a atuação dos fornecedores na região – como, por exemplo, áreas de reserva legal envolvidas em conflitos fundiários.

ALZ Grãos

Ao mesmo tempo que afirma que, no ato da compra, não foram verificadas quaisquer restrições socioambientais ou eventuais conflitos fundiários sobre a área de origem da soja adquirida nas negociações mencionadas neste **Monitor**, a ALZ Grãos afirma não ter qualquer relação comercial com a Agrícola Xingu.

Trata-se, conforme descrito pela **Repórter Brasil**, de um caso de fornecimento indireto, tendo em vista que a aquisição da soja ocorreu por meio de relações comerciais estabelecidas com outra trading.

“A ALZ Grãos reafirma a regularidade socioambiental da aquisição de soja em questão, a qual atendeu aos critérios da Companhia. No referido caso, não foram constatadas, no ato da compra, quaisquer restrições socioambientais ou eventuais conflitos fundiários sobre a área de origem. A ALZ Grãos não estabeleceu relação comercial com a empresa Agrícola Xingu”.

Empresas alegam que fazendas de origem da soja adquirida não possuem restrições socioambientais



De forma semelhante à Nutrade, a ALZ Grãos afirma que não adquiriu grãos com origem na Fazenda Tabuleiro VII, mas não se posicionou em relação às possíveis violações aos direitos da comunidade tradicional do Capão do Modesto.

A empresa ainda declara que possui uma política socioambiental e de sustentabilidade de grãos aplicável aos fornecedores diretos e indiretos da companhia, e que, desde setembro de 2021, utiliza uma plataforma de geoprocessamento para rastreabilidade de sua cadeia de fornecimento de soja.

Bunge

Em nota, a multinacional americana Bunge afirmou que não comenta relações comerciais com produtores específicos, mas disse estar “comprometida em alcançar cadeias de suprimentos livres de desmatamento em 2025”. Em relação às compras diretas, a companhia afirma ter “100% de rastreabilidade e monitoramento” e disse estar “atuando fortemente para impulsionar o setor a fortalecer a rastreabilidade e o monitoramento das compras indiretas”.

Cargill e Cofco

As *tradings* Cargill e Cofco foram procuradas separadamente pela **Repórter Brasil** para comentar as questões mencionadas neste **Monitor**, mas optaram por se manifestar de forma conjunta, intermediadas pela Associação Brasileira das Indústrias de Óleos Vegetais (Abiove), associação que representa 15 empresas produtoras de farelo, óleos vegetais e biodiesel.

Por email, a Abiove afirmou que Cargill e Cofco – e as demais empresas associadas – “não compram soja de áreas desmatadas ilegalmente” e que “apoiam os seus fornecedores indiretos buscando,



Avião sobrevoa propriedade da Agropecuária Jan, em Pium (TO)



Centro de distribuição da multinacional Cargill no oeste baiano

constantemente, soluções operacionais e avaliando metodologias para engajamento destes fornecedores aos seus protocolos”.

A Abiove também afirmou que as empresas associadas possuem políticas próprias com compromissos rigorosos de monitoramento dos seus fornecedores, cumprimento das legislações nacionais e internacionais, compromissos para rastrear commodities e quanto aos direitos humanos e de comunidades tradicionais.

CASO 2

AGROPECUÁRIA JAN

SOBRE A EMPRESA

A Agropecuária Jan, empresa do grupo Jan Implementos Agrícolas¹⁰², atua nos setores de criação de gado e plantio de grãos na fazenda Jan, Bardhal e Panela de Ferro, propriedade de 19,7 mil hectares localizada em Pium, no centro-oeste do Tocantins.

A fazenda está localizada em um município de transição entre os biomas Cerrado e Amazônia. Segundo análise do mapa de biomas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), apesar de muito próxima à Amazônia, a propriedade encontra-se totalmente dentro do Cerrado.

OS PROBLEMAS

A Agropecuária Jan tem uma forte presença no agronegócio local. A empresa iniciou suas operações em Pium em 1984¹⁰³ e logo se expandiu territorialmente. Segundo relato de moradores locais à **Repórter Brasil**, a área era composta por diversas propriedades rurais que, após serem adquiridas pela empresa, foram convertidas em áreas de pastagem ou de produção de soja, milho e arroz.

Atualmente, ao percorrer a rodovia estadual TO-354, que liga o centro ao sudoeste do estado, as áreas de cultivo da Agropecuária Jan vão a perder de vista, e é difícil encontrar alguém na região que não saiba onde está localizada a empresa. Segundo relato da agricultora Antônia Martins de Souza, moradora do assentamento Macaúba, vizinho da empresa, o despejo de agrotóxicos



Imagem aérea de área desmatada dentro da propriedade da Agropecuária Jan, em Pium (TO)

e desmatamento é intenso na região. “É tanta lavoura que os aviões voam dia e noite jogando veneno e acabando com tudo”, afirma.

O desmatamento de vegetação nativa pela Agropecuária Jan também foi detectado por órgãos ambientais. Em fevereiro de 2019, uma fiscalização do Ibama identificou o desmatamento ilegal de 376 hectares de Cerrado dentro da propriedade Jan, Bardhal e Panela de Ferro. Parte do desmatamento ocorreu, inclusive, na área de Reserva Legal da fazenda. Na ocasião, a empresa foi multada em R\$ 560 mil e teve embargada todas as atividades agropecuárias na área autuada.

A **Repórter Brasil** entrou em contato com um especialista em análise de imagens via satélite. Ele confirmou, que, naquele mesmo ano, houve plantio de soja dentro de parte das áreas embargadas pelo Ibama. O cultivo foi interrompido nas duas safras seguintes.

A situação gera questionamentos sobre a própria legalidade das aquisições feitas por terceiros da soja plantada pela Agropecuária Jan naquela safra. Desde 2008, a legislação brasileira estabelece como uma infração passível de multa a compra de produtos agropecuários produzidos em áreas objeto de embargos ambientais¹⁰⁴.

CADEIA PRODUTIVA

Dois meses após a fiscalização e o embargo da área, em abril de 2019, a Agropecuária Jan encaminhou soja aos armazéns da Bunge em Campos Lindos (TO). A informação está registrada em documentos fiscais emitidos pela Agropecuária Jan e acessados pela **Repórter Brasil**.

Assim como no caso anterior, esta foi mais uma negociação intermediada pela Nutrade Comercial Exportadora Ltda, a compradora original da mercadoria. Documentos acessados pela **Repórter Brasil** confirmam que, ao longo dos últimos três anos, a Nutrade negociou diversos contratos para a venda de soja à Bunge.

Na safra anterior ao negócio com a Nutrade, a Bunge foi uma das tradings autuadas no âmbito da Operação Shoyo Matopiba, deflagrada pelo Ibama em abril de 2018, em parceria com o Ministério Público Federal (MPF). À época, 78 pessoas físicas e empresas – entre elas cinco tradings – foram multadas no valor total de 107,5 milhões por descumprirem embargos e produzirem ou adquirirem soja de áreas desmatadas ilegalmente no Matopiba¹⁰⁵. Na ocasião, a Bunge foi multada em R\$ 1,8 milhão por adquirir 3,7 mil sacas de soja de áreas embargadas¹⁰⁶.

O QUE DIZEM AS EMPRESAS

Agropecuária Jan

A **Repórter Brasil** entrou em contato por email e telefone com o grupo Jan Implementos Agrícolas, mas não obteve retorno até o fechamento deste relatório.



A Agropecuária Jan iniciou suas operações em Pium (TO) em 1984

Nutrade

Num primeiro momento, a Nutrade negou ter realizado qualquer aquisição de soja da Agropecuária Jan em 2019. Após novos questionamentos encaminhados pela **Repórter Brasil**, a empresa mudou de posição e relatou que, diante de averiguações adicionais, confirmava a compra.

A Nutrade afirmou que a negociação de soja com a Agropecuária Jan ocorreu na modalidade “barter”, quando o produtor negocia grãos em troca de defensivos agrícolas. A empresa disse ainda que a operação foi formalizada em junho de 2018 e que a entrega da soja ocorreu em abril do ano seguinte.

Em relação ao risco de exposição ao desmatamento ilegal da Fazenda Jan, Bardhal e Panela de Ferro, a Nutrade se defendeu afirmando que “as matrículas (fundiárias) originadoras da referida negociação” eram distintas das áreas embargadas pelo Ibama em fevereiro de 2019, “reafirmando o nosso compromisso na averiguação e confirmação da situação dos nossos originadores e parceiros de negócios”.

A empresa não detalhou, no entanto, que mecanismos de verificação possui para comprovar a veracidade dessas afirmações, e como poderia garantir que as aquisições de soja, mesmo que formalizadas em documentos como oriundas de outras matrículas, não incluiriam também o grão plantado em áreas embargadas.

Bunge

A multinacional americana enviou uma nota única para todos os casos mencionados neste **Monitor**, afirmando que não comenta relações comerciais com produtores específicos (*ver resposta completa no Caso 1 - Agrícola Xingu*).

CASO 3 FAZENDA DONA JOSEFA, SÃO MIGUEL DO RIO PRETO E EMÍLIA

De propriedade do sojicultor Wilson Carniel, a Fazenda Dona Josefa, São Miguel do Rio Preto e Emília, com 2,6 mil hectares, fica localizada em Brasnorte (MT), município de transição entre os biomas Cerrado e Amazônia.

Segundo análise do mapa de biomas do IBGE, apesar de muito próxima do bioma Amazônico, a propriedade encontra-se totalmente dentro do Cerrado.

OS PROBLEMAS

Em abril de 2018, a Fazenda Dona Josefa, São Miguel do Rio Preto e Emília recebeu autorização da Secretaria de Estado de Meio Ambiente do Mato Grosso (Sema-MT) para desmatar 611 hectares de vegetação nativa.

No entanto, a área suprimida ultrapassou o limite autorizado e outros 98,7 hectares de Cerrado foram desmatados: 68,5 hectares dentro da área de Reserva Legal e 30,2 hectares em área de preservação da propriedade. Por essa razão, Carniel foi autuado pela Sema-MT dois anos depois e a área desmatada sem autorização foi embargada pelo órgão ambiental em 2020¹⁰⁷.

Desde a safra de 2019, a área desmatada ilegalmente na fazenda foi destinada ao cultivo de soja, conforme apontam imagens de satélite analisadas por um especialista consultado pela Repórter Brasil. As imagens confirmam o plantio do grão nos três anos seguintes – 2019, 2020 e 2021 – ao corte da vegetação nativa do Cerrado.

CADEIA PRODUTIVA

Wilson Carniel figura entre os fornecedores diretos de duas das principais *tradings* do agronegócio brasileiro: Amaggi e Bunge.

Entre fevereiro e maio de 2019, a unidade da Amaggi em Brasnorte (MT) recebeu soja da Fazenda Dona Josefa, São Miguel do Rio Preto e Emília, segundo dados de documentos fiscais obtidos pela Repórter Brasil. A multinacional brasileira possui operações e escritórios próprios na China, Noruega, Holanda, Suíça, Argentina e no Paraguai¹⁰⁸ e é uma das líderes globais no mercado de soja certificada, considerando os dois principais sistemas de certificação: RTRS e ProTerra¹⁰⁹.

Já entre março e agosto de 2019 foi a vez da Bunge receber soja da propriedade de Wilson Carniel. Dados fiscais acessados pela Repórter Brasil mostram diversos envios do grão para a unidade da Bunge em Nova Mutum (MT), município onde a empresa opera a sua fábrica de biodiesel, inaugurada em 2013¹¹⁰. O produto adquirido no município é também exportado: dados de 2018 da plataforma Trase também registram envios de soja da Bunge em Nova Mutum para os Países Baixos, Espanha e França¹¹¹.

Em ambos os casos, a venda de soja se deu após o desmatamento ilegal, em 2018, e o cultivo do grão na área devastada, mas antes da autuação

e embargo da secretaria ambiental estadual, que só ocorreria em 2020.

EM 2019, AS TRADINGS BUNGE E AMAGGI RECEBERAM SOJA DE WILSON CARNIEL, PRODUTOR QUE DESMATOU ILEGALMENTE 98,7 HECTARES DE CERRADO UM ANO ANTES

Tal realidade, em teoria, não poderia ocorrer caso a fazenda estivesse localizada apenas 15 quilômetros ao Norte, após a fronteira com o bioma Amazônia. Tanto Bunge quanto Amaggi são signatárias da Moratória da Soja, que veta a aquisição de grãos plantados em áreas amazônicas desmatadas após 2008, seja o desmatamento legal ou criminoso.

Ambas as empresas têm como meta zerar o desmatamento – legal e ilegal – de suas cadeias de fornecimentos de soja no Cerrado até 2025¹¹². Ainda não apresentaram, no entanto, os planos e critérios detalhados para o cumprimento da meta. A Amaggi, especificamente, afirma ter 99% dos seus fornecedores diretos e indiretos do grão localizados no Cerrado rastreados e sem desmatamento após 2017.

O QUE DIZEM AS EMPRESAS

Wilson Carniel

Por telefone, a **Repórter Brasil** foi informada que o produtor Wilson Carniel faleceu. Representantes do sojicultor não se manifestaram em relação aos questionamentos enviados.



Bunge

A multinacional americana enviou uma nota única para todos os casos mencionados neste Monitor, afirmando que não comenta relações comerciais com produtores específicos (*ver resposta completa no Caso 1 - Agrícola Xingu*). Não detalhou se manteve negócios com a Fazenda Dona Josefa, São Miguel do Rio Preto e Emília em safras posteriores à de 2019.

Amaggi

Perguntada sobre a data da última aquisição de soja da propriedade de Wilson Carniel em Brasnorte (MT), a Amaggi se limitou a responder que não adquire grãos com origem na Fazenda Dona Josefa, São Miguel do Rio Preto e Emília desde 2019.

A multinacional disse possuir um “sistema geoespacial próprio que garante o atendimento dos seus requisitos de comercialização de soja” e que a conformidade das propriedades fornecedoras “é averiguada com base em dados públicos disponibilizados por órgãos ambientais”.

Contudo, a empresa não esclareceu se pode garantir que não tenha recebido a soja oriunda da área desmatada ilegalmente antes que o embargo ambiental lavrado pelo Ibama fosse registrado na base de dados do órgão.



UMA AGENDA PARA O CERRADO

Os casos descritos neste relatório trazem exemplos concretos conectando algumas das maiores agroindústrias globais de soja ao intenso desmatamento que ocorre hoje no Cerrado brasileiro – desmatamento este que, em muitos casos, é feito de forma ilegal e está associado a conflitos por terra com comunidades tradicionais da região.

Não são, de forma alguma, revelações isoladas. Realidades semelhantes têm sido reiteradamente documentadas em investigações tanto da **Repórter Brasil**¹¹³ quanto de outras organizações que atuam no bioma¹¹⁴.

O produto da expansão predatória segue muitos caminhos até o consumidor final. Em diversos continentes, a soja brasileira abastece a indústria de ração, o seu maior e mais tradicional mercado. Mas o grão também ganha espaço em

novos nichos, como, por exemplo, a produção de biocombustíveis. Trata-se de um mercado apoiado por políticas que, supostamente, visam combater as mudanças climáticas ao substituir o diesel fóssil por fontes renováveis. Mas que, ironicamente, podem estar contribuindo para o problema ao incentivar a conversão de matas nativas em áreas voltadas para o plantio.

Respondendo a pressões de diversos setores, algumas das maiores agroindústrias compradoras de soja, grande parte delas também envolvida na fabricação de biodiesel, anunciaram recentemente planos para alcançar o “desmatamento zero” em suas cadeias produtivas. No caso das multinacionais norte-americanas Cargill e ADM, o objetivo é que a meta seja alcançada até 2030, englobando todos os biomas fornecedores, sem restrição. Já Bunge e LDC divulgam objetivos semelhantes para 2025.

Falta, no entanto, o detalhamento necessário para avaliar o real impacto desses planos. Não está claro, por exemplo, qual será a data limite para o desmatamento aceito em áreas fornecedoras.

“Elas (as *tradings*) não informam a data de corte. Estarão limpas em 2025, mas qual a data de referência (para o desmatamento em áreas fornecedoras)? Isso não é informado”, ressalta Frederico Machado, especialista do Programa Agricultura e Alimentos da WWF-Brasil, sobre aquele que é apenas um dos pontos obscuros em torno dos recentes anúncios corporativos que afetam o Cerrado.

DOIS BIOMAS, DOIS CRITÉRIOS

Em teoria, o “desmatamento zero” já existe há mais de uma década para a Amazônia brasileira. Através da Moratória da Soja, as maiores *tradings* do setor se comprometem a não adquirir o grão plantado em áreas desmatadas na região após 2008.

A expansão de critérios semelhantes para o Cerrado é uma disputa antiga entre ONGs, fazendeiros e membros da agroindústria. Foi apenas em 2017 que representantes de diversos setores criaram um grupo de trabalho focado no bioma – o Grupo de Trabalho do Cerrado (GTC) – semelhante ao que deu origem à Moratória na Amazônia.

Por anos, o GTC foi palco de negociações para viabilizar um mecanismo de compensação financeira a sojicultores que optassem por aumentar a área preservada em suas propriedades. As tratativas eram discutidas em conjunto com a adoção de uma contrapartida por parte da agroindústria: a de não comprar mais soja oriunda

de áreas desmatadas no Cerrado a partir da implementação do mecanismo, prevista para 2020.


Mas o arranjo fracassou diante da não adesão da Associação Brasileira das Indústrias de Óleos Vegetais (Abiove). A Abiove congrega as maiores *tradings* de soja atuantes no Brasil e é a sua principal representante no GTC¹¹⁵. Ou seja, apesar de algumas agroindústrias comunicarem metas – ainda que vagas e duvidosas – de “desmatamento zero” para o Cerrado, muitas outras sequer sinalizam qualquer tipo de alinhamento com esta agenda.

Paralelamente, mais de 100 varejistas, investidores e fabricantes de alimentos globais já anunciaram publicamente seu apoio ao Manifesto do Cerrado, que conclama o setor produtivo a trabalhar conjuntamente para barrar a perda de vegetação nativa no bioma¹¹⁶. Um grupo menor de 30 empresas presentes no Reino Unido – incluindo McDonald’s, Tesco e KFC – deram um passo além em novembro de 2021, e informaram que todos os embarques de soja para seus negócios na região deverão ser livres de desmatamento até 2025, sem restrição de bioma¹¹⁷.

Há, no entanto, enorme ceticismo sobre como esses objetivos serão de fato alcançados, já que não há clareza sobre os critérios, os mecanismos de verificação e o engajamento dos fornecedores nesse processo.

AS LIÇÕES QUE VÊM DA AMAZÔNIA

Na maioria dos casos, ninguém sabe ao certo o que as metas de “desmatamento zero” significam



Falhas de monitoramento da Moratória da Soja na Amazônia acendem sinal de alerta para futuras iniciativas no Cerrado

realmente para o Cerrado. Uma das principais dúvidas diz respeito aos fornecedores indiretos, e de que forma as agroindústrias podem garantir a rastreabilidade do grão adquirido por meio de *tradings* intermediárias – realidade por trás de alguns dos exemplos descritos no Capítulo 4 deste relatório, que conectam grandes *tradings* ao desmatamento ilegal.

Além disso, fraudes documentais perpetradas por fazendeiros podem facilmente mascarar a real origem da matéria-prima. Trata-se de um risco concreto já evidenciado em outras investigações da **Repórter Brasil**, e para o qual as *tradings* comprometidas com o “desmatamento zero” ainda não apresentaram planos relevantes de enfrentamento.

As falhas de monitoramento da Moratória da Soja na Amazônia acendem um sinal de alerta também para futuras iniciativas no Cerrado. Em 2021, uma investigação da **Repórter Brasil**, publicada em parceria com veículos de mídia britânicos, mostrou um exemplo dessa realidade ao descrever como a Fiagril, uma *trading* signatária da Moratória da Soja, seguiu comprando o grão de uma produtora rural multada reiteradamente pelo plantio de soja em áreas amazônicas desmatadas ilegalmente.

Suas fazendas formavam uma teia complexa de registros de terras, com mais de vinte “lotes” registrados em nome de diversos familiares. Como nem todas as fazendas tinham desmatamento

recente, a soja plantada em uma área “suja” eventualmente poderia ser vendida em nome da fazenda “limpa”. Fraudes do gênero são conhecidas como “triangulação” ou “lavagem de soja”¹¹⁸.

A Fiagril atua como intermediária regional de outras agroindústrias. Possui grande histórico de fornecimento de soja para gigantes do setor, como Bunge, Cargill e Cofco¹¹⁹.

Mais recentemente, em janeiro de 2022, uma outra investigação da **Repórter Brasil** mostrou que a Cargill mantinha negócios com uma fazenda amazônica desmatada recentemente. O caso evidenciou como a demora nos sistemas de análise e bloqueio de fornecedores pode significar, na prática, vendas de soja em desacordo com os critérios da Moratória da Soja por até duas safras antes de que fazendas desmatadoras sejam de fato bloqueadas¹²⁰.

Tais exemplos ilustram um cenário preocupante para a região, em que falhas no monitoramento da Moratória podem estar contribuindo para o aumento significativo, verificado nas últimas safras, do plantio em desacordo com os critérios da iniciativa¹²¹. Potencialmente, os mesmos problemas poderão afetar futuros acordos no Cerrado.

Mas não é só isso: outro “ponto cego” diz respeito às fazendas que, além de plantarem soja, também se dedicam a outras atividades agropecuárias, como o plantio de milho, algodão



e a criação de gado. Segundo os critérios atuais da Moratória na Amazônia, as empresas signatárias podem seguir negociando a compra de soja oriunda destas fazendas, mesmo que elas tenham desmatado renitentemente. Basta, para isso, que as áreas desmatadas não sejam utilizadas para o plantio do grão.

Esta realidade ajuda a explicar os números impressionantes divulgados em um estudo recente do Instituto Centro Vida (ICV), publicado em fevereiro de 2022¹²². Entre agosto de 2008 e julho de 2019, diz o relatório, propriedades com cultivo de soja responderam por 20% do desmatamento no Mato Grosso, o maior estado produtor da *commodity* no Brasil. Desse total, 92% do desmate foi realizado de forma ilegal. Os números englobam fazendas mato-grossenses localizadas tanto na Amazônia quanto no Cerrado.

Frente a essa realidade, o ICV defende a adoção de critérios de sustentabilidade ampliados para compras de soja no Mato Grosso. Além de incluir o Cerrado, a proposta é que se adotem

critérios focados nas fazendas como um todo. “Deveria existir algum mecanismo de bloqueio para a compra do grão independente se aquele desmatamento foi na área diretamente relacionada ao cultivo de soja, porque aquele imóvel rural se beneficiou de alguma forma daquele desmatamento ilegal”, explica Ana Paula Valdiones, coordenadora do Programa de Transparência Ambiental do ICV.

A ONG também defende que este novo acordo seja orientado por critérios mais avançados de monitoramento, como, por exemplo, um índice de produtividade para identificar possíveis processos de lavagem e triangulação de soja. Isso significa verificar, de forma eficiente, se o total de soja vendido por uma fazenda sem passivos ambientais corresponde à área total que ela possui para o plantio. É uma forma de identificar eventuais fraudes onde “áreas limpas” são utilizadas para escoar o grão oriundo do desmate ilegal e/ou de áreas em desacordo com protocolos ambientais. ■

ANEXO

**Íntegra dos
esclarecimentos**

Agrícola Xingu

AGRÍCOLA XINGU S.A. ("XINGU"), inscrita no CNPJ sob o nº 07.205.440/0001-24, com sede na Av. Paulista, 1842 – 9º andar – conj. 97 – Edifício Cetenco Plaza – Torre Norte, Bela Vista | 01310-923 | São Paulo/SP, vem por meio desta, através de seu representante, em resposta à carta recebida, informar o quanto segue:

Primeiramente, cumpre apresentar uma breve contextualização do comprometimento e melhoria contínua da XINGU no que atine a questões socioambientais, bem como a plena e integral observância das normas ambientais aplicáveis.

A XINGU como empresa idônea e que atua firmemente na preservação do meio ambiente, desenvolve suas atividades dentro dos parâmetros dos regulamentos aplicáveis, bem como, busca disponibilizar a todos, nada menos do que excelência, tendo, inclusive, anualmente recebido prêmios¹²³ emitidos pelo Governo Federal (Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA) que atestam o seu nível de excelência e relevância no que diz respeito à ética e integridade.

Ainda, com o intuito de auxiliar comunidades vizinhas, desenvolve e coloca na prática com frequência ações sociais. Sendo possível destacar alguns exemplos:

- > Através de doações a XINGU incentivou a implantação de galinhas poedeiras com uma granja para produção de ovos e para comercialização em uma comunidade local. Também proporcionou o início da produção de alimentos e outros itens básicos. Mantendo a ajuda com a compra de produtos necessários ao consumo dos seus funcionários e utilizados nas suas cozinhas, fortalecendo ainda mais a cooperação tornando-os fornecedores de ovos, hortaliças, frutas e farinha de mandioca da XINGU;
- > Doação de equipamentos de TI para algumas instituições de educação nos municípios onde as fazendas da XINGU se localizam;
- > Doação de equipamentos hospitalares para um hospital de um município onde as fazendas da XINGU se localizam;
- > A XINGU, por meio de patrocínio financeiro, proporcionou a reforma de uma barragem com intuito melhorar o fluxo de água do canal de irrigação para atendimento de um povoado vizinho

Sem prejuízo do exposto acima, a XINGU passa a esclarecer os "questionamentos, declarações e alegações" constantes no citado e-mail:

- > A Fazenda Tabuleiro VII é totalmente de propriedade da XINGU, que possui todos os documentos legais e pertinentes. No que se refere à citada comunidade, o que existe é um possível interesse por parte desta na área de propriedade da XINGU, no entanto, não há nenhum documento comprobatório que demonstra qualquer direito da autointitulada comunidade de Fecho de Pasto do Capão do Modesto sobre a Fazenda Tabuleiro VII;

- > A XINGU esclarece que possui todas as licenças e certificações correspondentes e para atendimento aos requisitos impostos pelo Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos do Estado da Bahia – INEMA;
- > A respeito do agrodefensivo regularmente produzido e comercializado por empresas competentes, a XINGU na mesma oportunidade esclareceu que foi regularmente adquirido e que seria utilizado dentro das especificações vigentes do MAPA (Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento). Então, em novembro do mesmo ano, o órgão fiscalizador ADAB (Agência Estadual de Defesa Agropecuária da Bahia) liberou a utilização do agrodefensivo, tornando o tema esclarecido;
- > Como já veiculado em meios de comunicação, a XINGU celebrou Contrato Particular de Arrendamento Rural para Exploração Agrícola com a empresa SLC Agrícola S.A., desta feita, em decorrência do referido contrato, a empresa XINGU encerrou suas atividades operacionais agrícolas.

Nutrade

Com relação às negociações realizadas junto à Agrícola Xingu, a Nutrade afirma que envolvem áreas com matrículas distintas e, portanto, diferentes das referenciadas nos atuais questionamentos da Repórter Brasil. Temos documentos de garantia (CPR de grãos) que atestam que o CNPJ da área que originou a soja negociada pela Nutrade, bem como as matrículas fornecidas em garantia, não possuem qualquer embargo.

Como apontado anteriormente, reforçamos que ao longo da comercialização de commodities como a soja, a Nutrade adota um processo de verificação de todas as áreas e garantias conectadas às negociações firmadas, atentando integralmente a todos os regramentos ambientais e trabalhistas.

No tocante à Agropecuária Jan, informamos que diante dos novos questionamentos enviados pelo Repórter Brasil, realizamos averiguações adicionais às anteriores (realizadas com foco em nossas vendas diretas), aumentando o espectro das nossas varreduras e alcançando, assim, as negociações formalizadas por meio de nossos canais indiretos de vendas. Nesse contexto, onde referidas operações de Barter são formalizadas em nome desses terceiros, identificamos uma negociação formalizada em junho de 2018, especificamente – onde a entrega dos grãos se deu em abril de 2019. Confirmamos que as matrículas originadoras da referida negociação são distintas das que sofreram a efetiva lavratura dos Autos de Infração em 21 de fevereiro de 2019 – reafirmando o nosso compromisso na averiguação e confirmação da situação dos nossos originadores e parceiros de negócios.

Cabe adicionar que a Syngenta entende e assume seu papel na evolução da agricultura sustentável, integrando e promovendo programas ambientais de recuperação de áreas degradadas com diversos parceiros.

ALZ Grãos

Primeiramente, a ALZ Grãos reafirma a regularidade socioambiental da aquisição de soja em questão, a qual atendeu aos critérios da Companhia (abaixo listados). No referido caso, não foram constatadas, no ato da compra, quaisquer restrições socioambientais ou eventuais conflitos fundiários sobre a área de origem. A ALZ Grãos não estabeleceu relação comercial com a empresa Agrícola Xingu e não adquiriu

produto originado da Fazenda Tabuleiro VII.

Em relação às políticas da empresa, a ALZ Grãos possui Política Socioambiental e de Sustentabilidade de grãos aplicáveis aos fornecedores diretos e indiretos da companhia. As Políticas estão disponíveis no site oficial da ALZ Grãos - <http://alzgraos.com.br/folder.pdf>.

A fim de assegurar uma cadeia responsável de soja, a ALZ Grãos possui princípios de comercialização, os quais consolidam a implementação da sua Política de Sustentabilidade ao vedar a comercialização de soja proveniente de áreas que incidam em: embargos do Ibama; Terras Indígenas, Quilombolas e Unidades de Conservação de Proteção Integral; áreas não conformes e inseridas na lista da Moratória da Soja; áreas de produtores inseridos na Lista Suja do Trabalho Escravo. Além disso, a ALZ Grãos exige por meio de cláusula contratual que os produtores fornecedores cumpram a legislação ambiental.

Em setembro de 2021 a ALZ Grãos implantou uma plataforma especializada de geoprocessamento para rastreabilidade de sua cadeia de fornecimento de soja, otimizando o monitoramento dos grãos comercializados junto a produtores rurais pela empresa, direta ou indiretamente. Com banco de dados atualizado diariamente, a tecnologia implementada tem proporcionado rápidos avanços à rastreabilidade da ALZ Grãos, reforçando o monitoramento e a aplicação dos princípios de comercialização da Companhia para compras diretas e indiretas. Do volume total comercializado pela ALZ Grãos referente à safra 2020/2021, o volume adquirido diretamente dos produtores rurais foi de 98,5%, de forma que o desafio de rastreabilidade se concentra nas compras indiretas (1,5%), de menor impacto para os negócios da ALZ Grãos.

A empresa possui como princípio, conforme sua Política, conservar os biomas de alto valor ecológico comprovado (tais como Amazônia e Cerrado) com a intenção de desencorajar e eliminar a conversão de vegetação nativa para uso alternativo do solo no Brasil. O monitoramento de desmatamento e de conversão de vegetação nativa é feito a nível de polígono, com ferramentas de geoprocessamento e bases geoespaciais de consulta pública (utilizando-se das camadas do PRODES e imagens de satélite com diferentes datas históricas).

Bunge

A Bunge não comenta relações comerciais com produtores específicos, mas reforça que está comprometida em alcançar cadeias de suprimentos livres de desmatamento em 2025. Fomos os primeiros a anunciar o mais ambicioso compromisso em nossa escala no nosso setor e continuaremos a usar nossa posição de mercado para liderar o progresso da indústria nesta direção. Esse compromisso se estende a todas as regiões onde nós operamos, incluindo fornecimento direto e indireto.

A Bunge não compra soja de áreas desmatadas ilegalmente e possui avançada rastreabilidade e monitoramento de suas compras diretas e indiretas. Mantemos rígido controle sobre critérios socioambientais em nossas operações em regiões de alto risco na América do Sul - mais de 9.000 fazendas, alcançando mais de 12 milhões de hectares. Nosso monitoramento usa tecnologia de satélite de última geração e é capaz de identificar mudanças no uso da terra e plantio de soja em cada fazenda de onde originamos.

Usando nossos protocolos, a Bunge é líder no fornecimento de produtos livres de desmatamento ao mercado, indo além da atual demanda de consumo. Nosso portfólio de certificação de soja inclui Round Table on Responsible Soy (RTRS), Biomass Biofuel Sustainability Voluntary Scheme (2BSvs), ProTerra, entre outros.

Nós também pretendemos ser líderes em transparência em nossa indústria, ajudando a elevar o nível

de desempenho do setor ao monitorar e divulgar regularmente os progressos de nossos compromissos e de nossa performance. Desde 2016, nós publicamos atualizações regulares sobre rastreabilidade e nosso compromisso de não desmatamento. Somos a única companhia em nosso setor a produzir tais relatórios e ao longo desse período de tempo. Nosso 10o relatório de progresso para soja [pode ser consultado aqui](#).

Além disso, nós compartilhamos nossa experiência e tecnologia com outros. Em 2021, a companhia lançou o Parceria Sustentável Bunge, um programa inédito que ajuda revendas de grãos a implementarem sistemas de verificação de cadeias de fornecimento, incluindo monitoramento por satélite em escala de fazenda, na região do Cerrado brasileiro. As revendas podem adotar serviços de imagem independentes ou usar a estrutura de monitoramento geoespacial da Bunge sem nenhum custo. Com o engajamento das revendas, a Bunge, que já rastreia e monitora aproximadamente 50% de suas compras indiretas no Cerrado, espera alcançar 100% até 2025.

A Bunge reconhece o importante papel que pode desempenhar, mas acredita que qualquer solução duradoura e escalável vai demandar participação e engajamento com nossos parceiros ao longo da cadeia de fornecimento, de produtores a clientes, com compensação aos produtores que no fim das contas terão que abdicar de seu direito de produzir na terra que possuem e preservam. Esse é o motivo pelo qual nós trabalhamos por meio de associações, iniciativas e parcerias diretas com nossos pares na cadeia de valor para garantir o sucesso em toda a indústria. Como exemplo, a Bunge co-fundou o Soft Commodities Forum (SCF), em conjunto com outras indústrias líderes no setor, como forma de enfrentar desafios comuns de sustentabilidade. Trabalhando em conjunto com esses parceiros, a Bunge está ajudando a aumentar a transparência do setor em relação ao fornecimento de soja em vários municípios prioritários, que são mais vulneráveis ao desmatamento. Em 2021, o número de municípios monitorados aumentou de 25 para 61. Embora a Bunge publique regularmente informações sobre sua cadeia de suprimentos de soja na América do Sul desde 2016, o SCF é uma plataforma onde companhias se comprometem a publicar relatórios bianuais para compartilhar dados adicionais, como informação de rastreabilidade nesses 61 municípios. O mais recente relatório de performance da Bunge, publicado em dezembro de 2021, [está disponível aqui](#).

A Bunge continuará trabalhando para promover padrões avançados e desenvolver abordagens práticas e sustentáveis. Isso é parte de nossa estratégia e nós vamos continuar comprometidos com essa jornada.

Além do nosso posicionamento já enviado, gostaríamos de reforçar que temos 100% de rastreabilidade e monitoramento de nossas compras diretas e estamos atuando fortemente para impulsionar o setor a fortalecer a rastreabilidade e o monitoramento das compras indiretas, seja pelo nosso inédito Programa Parceria Sustentável, seja pela participação ativa em iniciativas setoriais como o SCF – Soft Commodity Forum, da qual a Bunge é co-fundadora.

ABIOVE (Cofco e Cargill)

Algumas empresas associadas à ABIOVE nos encaminharam seu pedido. Essas empresas (associadas à ABIOVE) seguem diversos protocolos, compromissos e têm uma série de políticas relacionadas a seus fornecedores, por isso as respostas estão mais no âmbito setorial.

1. As empresas possuem mecanismos para garantir a origem da soja adquirida de outras tradings, como a ALZ Grãos? Pode garantir que não adquiriu soja oriunda de áreas desmatadas pela Agrícola Xingu no oeste baiano?

A ABIOVE e suas empresas associadas têm liderado as discussões e os trabalhos para eliminar o desmatamento e promover o crescimento sustentável da cadeia de soja. E, também, desenvolvido processos e ferramentas para rastrear e monitorar o grão. Cabe ressaltar que as associadas não compram soja de áreas desmatadas ilegalmente.

2. A aquisição de soja de outras tradings não expõe as empresas ao desmatamento cometido por fornecedores indiretos no Cerrado? Quais as estratégias que as companhias adotam para mitigar esses riscos?

As empresas associadas à ABIOVE apoiam os seus fornecedores indiretos buscando, constantemente, soluções operacionais e avaliando metodologias para engajamento destes fornecedores aos seus protocolos. Também existem cláusulas nos contratos das *traders* que obrigam os intermediários a garantirem a conformidade da soja com as exigências legais no bioma Cerrado. Algumas empresas intermediárias também realizam auditorias para demonstrarem que têm uma origem responsável.

3. Quais as políticas das empresas relacionadas a aquisição de soja de áreas do Cerrado? Possui algum marco temporal estabelecido para alcançar o desmatamento zero em sua cadeia de fornecimento de grãos com origem em áreas do bioma?

As empresas associadas à ABIOVE possuem políticas próprias que são públicas e com compromissos rigorosos de monitoramento dos seus fornecedores; cumprimento das legislações aplicáveis em nível nacional e internacional (países importadores); e compromissos para rastrear commodities. As políticas também envolvem compromissos quanto aos Direitos Humanos e comunidades tradicionais, atendimento às legislações trabalhistas e apoio a pequenos e médios produtores rurais com capacitação e assistência técnica gratuitas por meio do Agro Plus e programas individuais de certificação.

AMAGGI

Em resposta aos questionamentos enviados, a AMAGGI informa o que segue:

- a. Não houve aquisição de soja proveniente dessas fazendas após 2019;
- b. A AMAGGI possui sistema geoespacial próprio que garante o atendimento dos seus requisitos de comercialização de soja. A conformidade é averiguada com base em dados públicos disponibilizados pelos órgãos ambientais;
- c. A AMAGGI não comercializa soja de áreas produtivas que incidam em: embargos ambientais do Ibama e de órgãos ambientais estaduais; Terras Indígenas e Unidades de Conservação de Proteção Integral; áreas desmatadas após 2008 no Bioma Amazônia não conformes com a Moratória da Soja; áreas não conformes com o Protocolo Verde de Grãos do Pará; Lista Suja do Trabalho Escravo. Todo o processo de verificação dos critérios, especialmente o compromisso da Moratória da Soja e Protocolo Verde dos Grãos, é verificado anualmente por meio de auditorias de terceira parte;

d. No bioma amazônico, a AMAGGI não adquire soja de áreas desmatadas após 2008, em conformidade com a já citada Moratória da Soja, pacto do qual a AMAGGI foi uma das primeiras empresas signatárias em 2006. No Cerrado, a sistemática da Moratória da Soja não se aplica, mas o bioma está contemplado na meta assumida pela AMAGGI de zerar o desmatamento - legal ou ilegal - e garantir 100% de rastreabilidade em toda a sua cadeia até o ano de 2025;

e. Conforme Relatório de Progresso publicado em 2020, a AMAGGI detém 99% de rastreabilidade e monitoramento - em nível de polígono - de seus fornecedores diretos no Cerrado e Amazônia. Além disso, 99% do volume de soja originada e rastreada pela AMAGGI são livres de desmatamento e conversão de vegetação nativa desde 2017.

NOTAS FINAIS

- 1 https://www.solidaridadsouthamerica.org/brasil/sites/solidaridadsouthamerica.org/files/publications/potencial_regional_de_expansao_da_soja_no_matopiba.pdf
- 2 <https://redecerrado.org.br/nossa-atuacao/defesa-do-cerrado/>
- 3 <https://antigo.mma.gov.br/biomas/cerrado.html>
- 4 https://abiove.org.br/wp-content/uploads/2021/12/Relat%C3%B3rio_Cerrado_Soja-2020_21_pt.pdf
- 5 Idem
- 6 <https://www.science.org/doi/10.1126/science.aba6646>
- 7 https://www.revista.ueg.br/index.php/revista_geth/article/view/5708/4150
- 8 <https://www.imaflorea.org/public/media/biblioteca/IMF-10-anos-moratoria-da-soja-WB.pdf>
- 9 https://abiove.org.br/wp-content/uploads/2021/12/Relat%C3%B3rio_Cerrado_Soja-2020_21_pt.pdf
- 10 <https://ainfo.cnptia.embrapa.br/digital/bitstream/item/156581/1/CNPASA-2017-fa16.pdf>
- 11 <https://www.embrapa.br/tema-matopiba/sobre-o-tema>
- 12 https://www.solidaridadsouthamerica.org/brasil/sites/solidaridadsouthamerica.org/files/publications/potencial_regional_de_expansao_da_soja_no_matopiba.pdf
- 13 https://csr.ufmg.br/otimizainfra/wp-content/uploads/2022/03/policy_otimizainfra.pdf
- 14 https://www.solidaridadsouthamerica.org/brasil/sites/solidaridadsouthamerica.org/files/publications/potencial_regional_de_expansao_da_soja_no_matopiba.pdf
- 15 Idem
- 16 <https://www.revistas.ufg.br/atelie/article/view/54747/33630>
- 17 <https://www.icv.org.br/2022/03/dez-municipios-concentraram-quase-metade-do-desmatamento-do-cerrado-em-mato-grosso/>
- 18 Idem
- 19 <http://terrabrazilis.dpi.inpe.br/app/dashboard/deforestation/biomes/cerrado/increments>
- 20 <https://www.icv.org.br/2022/03/dez-municipios-concentraram-quase-metade-do-desmatamento-do-cerrado-em-mato-grosso/>
- 21 Idem
- 22 <https://www.biodieselbr.com/noticias/materia-prima/soja1/soja-contribuiu-para-10-do-desmatamento-na-america-do-sul-em-20-anos-mostra-estudo-20210611#:~:text=%22A%20pegada%20de%20desmatamento%20da,92%25%20em%20%C3%A1reas%20j%C3%A1%20abertas> / <https://www.nature.com/articles/s41893-021-00729-z>
- 23 Idem
- 24 https://www.solidaridadsouthamerica.org/brasil/sites/solidaridadsouthamerica.org/files/publications/potencial_regional_de_expansao_da_soja_no_matopiba.pdf
- 25 https://abiove.org.br/wp-content/uploads/2021/12/Relat%C3%B3rio_Cerrado_Soja-2020_21_pt.pdf
- 26 Idem
- 27 <https://jornal.unesp.br/2022/03/02/elevacao-de-temperatura-ja-prejudica-arvores-de-grande-porte-na-amazonia-e-pode-afetar-toda-a-estrutura-da-floresta-diz-novo-relatorio-do-ipcc/>
- 28 <https://brasil.mongabay.com/2021/08/cerrado-pode-entrar-em-colapso-em-30-anos/>
- 29 <https://www.nature.com/articles/s41598-021-04241-4> / <https://g1.globo.com/meio-ambiente/noticia/2022/02/04/desmatamento-e-mudancas-do-clima-agravam-risco-de-seca-severa-na-amazonia-e-no-cerrado.ghtml> / <https://infoamazonia.org/2020/10/23/incendios-e-seca-nas-nascentes-do-pantanal-reacendem-alerta-das-mudancas-climaticas/#!/map=20394&story=post-60901>
- 30 <https://drive.google.com/file/d/1WADAjfxjEECDv3VnjeKb0L-IVX7IR8sB/view>
- 31 <https://www.slcagricola.com.br/quem-somos/>
- 32 <https://www.metropoles.com/materias-especiais/ribeirinhos-e-fazendeiros-travam-batalha-na-bahia-por-escassez-de-agua> / <https://redecerrado.org.br/estudo-revela-que- apenas-8-empresas-baianas-consomem-duas-vezes-mais-agua-que-brasil/>
- 33 <https://www.brasildefatoba.com.br/2017/12/18/guerra-da-agua-no-oeste-da-bahia>
- 34 <https://apublica.org/2021/12/os-privilegiados-com-a-agua-do-cerrado-baiano/>
- 35 Idem

- 36 Ver exemplos como <https://www.matopibagrilagem.org/> / <https://www.globalwitness.org/pt/global-commodity-traders-are-fuelling-land-conflicts-in-brazils-cerrado-pt/> / <https://www.greenpeace.org/brasil/publicacoes/relatorio-segure-a-linha/> / <https://www.social.org.br/files/pdf/matopiba.pdf> / <https://agroefogo.org.br/dossie/> / https://www.greenpeace.org/static/planet4-brasil-stateless/2018/11/904dd412-relatorio_greenpeace_matopiba.pdf
- 37 <https://www.globalwitness.org/pt/global-commodity-traders-are-fuelling-land-conflicts-in-brazils-cerrado-pt/>
- 38 <https://www.cptnacional.org.br/downloads?task=download.send&id=14242&catid=41&m=0>
- 39 Idem
- 40 <https://www.social.org.br/files/pdf/matopiba.pdf>
- 41 <https://www.matopibagrilagem.org/>
- 42 <https://www.matopibagrilagem.org/maranhao>
- 43 <https://www.matopibagrilagem.org/tocantins>
- 44 <https://www.matopibagrilagem.org/bahia>
- 45 <https://www.matopibagrilagem.org/about-6>
- 46 https://wwfbr.awsassets.panda.org/downloads/livreto_matopiba_pt_final.pdf
- 47 <https://www.matopibagrilagem.org/>
- 48 https://wwfbr.awsassets.panda.org/downloads/livreto_matopiba_pt_final.pdf
- 49 <https://www.greenpeace.org/brasil/blog/exterminador-do-futuro-condominio-estrondo-inicia-desmatamento-gigante-no-cerrado/>
- 50 <https://reporterbrasil.org.br/estrondo/>
- 51 <https://www.greenpeace.org/brasil/blog/exterminador-do-futuro-condominio-estrondo-inicia-desmatamento-gigante-no-cerrado/> / <https://www.greenpeace.org/brasil/blog/cultivando-violencia-licenca-para-desmatar/>
- 52 <https://reporterbrasil.org.br/estrondo/>
- 53 <https://reporterbrasil.org.br/2009/11/fazenda-estrondo-coleciona-crimes-trabalhistas-e-ambientais/> / <https://reporterbrasil.org.br/2019/12/bunge-e-cargill-compram-soja-contaminada-por-violencia-e-desmatamento-do-agronegocio-estrondo-diz-greenpeace/>
- 54 <https://www.greenpeace.org/brasil/blog/cultivando-violencia-licenca-para-desmatar/>
- 55 <https://tribunaldecerrado.org.br/casos/caso-no9-ba-comunidades-tradicionais-geraizeiras-x-condominio-cachoeira-estrondo/>
- 56 <http://permanentpeopletribunal.org/?lang=en>
- 57 Segundo o TTP, crimes ambientais ou ecocídio se caracterizam pelo “dano grave, a destruição ou a perda de um ou mais ecossistemas em um território determinado, causados por causas humanas ou outras, cujo impacto resulte numa grave diminuição dos benefícios ambientais de que beneficiam os habitantes desse território”. Disponível em: <http://permanentpeopletribunal.org/wp-content/uploads/2019/05/ESTATUTO-TPP-ESP-FINAL.pdf>
- 58 <https://cimi.org.br/2021/08/tribunal-permanente-dos-povos-chega-ao-brasil-para-julgar-crime-de-ecocidio-contra-o-cerrado/>
- 59 Idem
- 60 Companhia Nacional de Abastecimento (Conab). 12º Levantamento - Safra 2020/21. Disponível em: <https://www.conab.gov.br/info-agro/safras/graos/boletim-da-safra-de-graos>
- 61 <http://comexstat.mdic.gov.br/pt/geral>
- 62 Idem
- 63 Idem
- 64 Idem
- 65 <https://www.cbs.nl/en-gb/news/2022/09/soya-imports-from-brazil-up-despite-price-hike>
- 66 <https://www.cbs.nl/en-gb/news/2020/40/soybean-imports-from-brazil-up-by-40-percent>
- 67 <https://www.cbs.nl/en-gb/news/2022/09/soya-imports-from-brazil-up-despite-price-hike>
- 68 <http://comexstat.mdic.gov.br/pt/geral>
- 69 https://www.alltech.com/sites/default/files/2021-11/2021_alltech_global_feed_survey___portuguese_0.pdf
- 70 https://engagethechain.org/sites/default/files/commodity/Ceres_EngageTheChain_Soybeans.pdf
- 71 Idem
- 72 https://www.forfarmersgroup.eu/en/bestanden/ForFarmers_Group/Annual-Report-2020-content/58481-1/AR_ForFarmers_NV_2020_UK.pdf
- 73 <https://www.bunge.com.br/Bunge/Nossa-Historia.aspx>
- 74 https://www.cargill.com.br/pt_BR/sobre
- 75 <https://www ldc.com/br/pt/quem-somos/nosso-legado-no-brasil/>
- 76 <https://www.adm.com/adm-worldwide/brazil-pr>
- 77 <https://www.globalwitness.org/pt/global-commodity-traders-are-fuelling-land-conflicts-in-brazils-cerrado-pt/>
- 78 <https://www.aidenvironment.org/2021/05/28/aidenvironment-deforestation-system-detects-fire-in-top-cerrado-deforester-slc-agricolas-fazenda-palmeira/>
- 79 <https://www.slcagricola.com.br/quem-somos/>
- 80 <https://unearthed.greenpeace.org/2020/11/25/brazil-fires-deforestation-tesco-nandos-mcdonalds/>
- 81 <https://www.aidenvironment.org/2021/05/28/aidenvironment-deforestation-system-detects-fire-in-top-cerrado-deforester-slc-agricolas-fazenda-palmeira/>
- 82 <https://chainreactionresearch.com/wp-content/uploads/2018/12/Foreign-Farmland-Investors-in-Brazil-Linked-to-423000-Hectares-of-Deforestation-1.pdf>
- 83 <https://www.globalwitness.org/pt/global-commodity-traders-are-fuelling-land-conflicts-in-brazils-cerrado-pt/>
- 84 Idem

- 85 <https://chainreactionresearch.com/wp-content/uploads/2018/12/Foreign-Farmland-Investors-in-Brazil-Linked-to-423000-Hectares-of-Deforestation-1.pdf>
- 86 https://www.mightyearth.org/wp-content/uploads/RR_Report_2169.pdf
- 87 DOEBA 21/12/2019 - Pg. 63 - Caderno executivo | Diário Oficial do Estado da Bahia | Diários Jusbrasil
- 88 <https://www.mpbba.mp.br/area/ceama/noticias/42064>
- 89 <https://www.globalwitness.org/pt/global-commodity-traders-are-fuelling-land-conflicts-in-brazils-cerrado-pt/>
- 90 <https://www.globalwitness.org/pt/global-commodity-traders-are-fuelling-land-conflicts-in-brazils-cerrado-pt/>
- 91 <http://www.legislabahia.ba.gov.br/documentos/constituicao-do-estado-da-bahia-de-05-de-outubro-de-1989>
- 92 <https://www.matopibagrilagem.org/bahia>
- 93 <https://www.globalwitness.org/pt/global-commodity-traders-are-fuelling-land-conflicts-in-brazils-cerrado-pt/>
- 94 <https://consultapublicapje.tjba.jus.br/pje/ConsultaPublica/DetalheProcessoConsultaPublica/listView.seam?ca=97e0d02892ec4a473418183f42632bb614ca1af2bcff435f>
- 95 <https://drive.google.com/file/d/1-PIUeOP4xYH174SBGpls6C0sA-EOPP3X/view?usp=sharing>
- 96 <https://drive.google.com/file/d/1-hbRP8TGdmleZgrqzfTLNKPx4zjSpK37/view?usp=sharing>
- 97 https://www.alltech.com/sites/default/files/2021-11/2021_alltech_global_feed_survey_portuguese_0.pdf
- 98 https://www.bunge.com.br/Sustentabilidade/2021/Compromisso_com_Cadeias_de_Valor_Sustentaveis_Graos_Oleaginosas.pdf
- 99 https://www.cargill.com.br/pt_BR/roteiro%20de%20desmatamento-do-planeta
- 100 <https://www.cofcointernational.com/media/1330/sustainable-soy-sourcing-policy.pdf>
- 101 Em abril de 2021, o grupo SLC Agrícola anunciou o arrendamento de 34,2 mil hectares da Agrícola Xingu em Correntina (BA). Ver mais em: <https://valor.globo.com/agronegocios/noticia/2021/04/08/slc-arrenda-39-mil-hectares-da-agricola-xingu.ghtml>
- 102 <https://www.jan.com.br/>
- 103 Idem
- 104 http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/decreto/d6514.htm
- 105 <https://www1.folha.uol.com.br/ambiente/2018/05/ibama-multa-empresas-por-plantio-ilegal-no-matopiba.shtml>
- 106 <https://matopibaagro.com.br/2018/05/23/ibama-multa-multinacionais-do-agronegocio-no-matopiba-por-comprar-soja-de-plantio-ilegal/>
- 107 <http://www.sema.mt.gov.br/transparencia/index.php/fiscalizacao-ambiental>
- 108 <https://ri.amaggi.com.br/Download.aspx?Arquivo=wGF4sJKIn76SnMJhU2gySQ==&IdCanal=4J+ssVzd70BNePB93AoXjA==>
- 109 https://www.amaggi.com.br/sis_documentos/wp-content/uploads/arquivos/demonstracoes/arquivos/apresentacoes/2020/11/AMAGGI-Instl-Pres-2021.pdf
- 110 <https://www.bunge.com.br/imprensa/noticia.aspx?id=476>
- 111 https://supplychains.trase.earth/flows?toolLayout=1&countries=27&commodities=1&selectedColumnsIds=0_16-1_24-2_11-3_10&selectedNodesIds%5B%5D=30110&selectedNodesIds%5B%5D=11442&selectedNodesIds%5B%5D=468
- 112 <https://valor.globo.com/um-so-planeta/noticia/2021/09/16/amaggi-promete-eliminar-desmatamento-ate-2025-e-ser-carbono-neutro-ate-2050.ghtml> / https://www.bunge.com.br/Sustentabilidade/2021/Compromisso_com_Cadeias_de_Valor_Sustentaveis_Graos_Oleaginosas.pdf
- 113 <https://reporterbrasil.org.br/2019/12/bunge-e-cargill-compram-soja-contaminada-por-violencia-e-desmatamento-do-agronegocio-estrondo-diz-greenpeace/>
- 114 <https://www.globalwitness.org/pt/global-commodity-traders-are-fuelling-land-conflicts-in-brazils-cerrado-pt/>; <https://chainreactionresearch.com/report/cerrado-deforestation-2020-soy-beef/>
- 115 <https://abiove.org.br/abiove-na-midia/abiove-reage-as-criticas-de-membros-do-sos-cerrado/>
- 116 <https://cerradostatement.fairr.org/>
- 117 Idem
- 118 <https://reporterbrasil.org.br/2021/05/soja-pirata-cultivada-na-amazonia-acelera-desmatamento-e-tem-participacao-de-gigantes-do-agro/>
- 119 Idem
- 120 <https://reporterbrasil.org.br/2022/01/cargill-compra-soja-de-fazenda-que-desmatou-na-amazonia-e-descumpre-pacto-do-setor/>
- 121 <https://valor.globo.com/agronegocios/noticia/2021/07/15/cresce-desmate-na-amazonia-em-desacordo-com-a-moratoria-da-soja.ghtml>
- 122 <https://www.icv.org.br/2022/02/em-onze-anos-92-do-desmatamento-em-fazendas-de-soja-dematado-grosso-foi-ilegal/>
- 123 <https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/noticias/mapa-premia-19-empresas-do-agronegocio-por-boas-praticas-de-integridade>

MONITOR #18

NOVEMBRO 2022

